

A FORMAÇÃO OFICIAL DE PROFESSORES NA BAHIA IMPERIAL

**Antonietta de Aguiar
Nunes**

A partir das idéias iluministas e da revolução francesa, a educação passou a ser considerada como um dever social do Estado. Decorre daí que, em alguma instância, deve haver a preocupação com a formação oficial de professores.

A primeira instituição para preparação de professores elementares na Europa foi, possivelmente, o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, fundado, em 1684, por **Jean Baptiste de la Salle**, começando a funcionar logo no ano seguinte. Suas idéias e métodos educacionais são revelados na obra "A direção das escolas", publicada pela primeira vez em 1720. Substituíram o método de instrução individual predominante, então, pelo de ensino simultâneo ou de classe. A regra mais importante para os alunos era a de manter silêncio; sinais substituíam ordens, castigos substituíam reprimendas; houve um grande desenvolvimento do trabalho escrito, mas eram muito utilizadas as restrições e repressões à criança..

O século **XVIII**, na Europa, foi o século das grandes revoluções que aplicaram as idéias, dos iluministas e de sua grande obra, a Enciclopédia: no campo econômico, a Revolução Industrial, a partir de 1760 e, no campo político, a Revolução Francesa, em 1789. Neste mesmo século, alguns déspotas esclarecidos começaram a se preocupar com a educação do povo e com a conseqüente formação de professores. Frederico II, da Prússia, terminada a guerra dos sete anos (1763), proclamou uma nova lei escolar, preconizando o ensino obrigatório e fundando uma escola normal (LARROYO, 1974;534).

Com a revolução francesa, que objetivava acabar com os antigos privilégios de nobres e do clero, a educação passou a ser considerada como um dever social do Estado e tratou-se logo de organizar legislativamente um sistema de educação pública. A nacionalização do ensino pressupõe a existência de um corpo de mestres preparados, tendo sido

necessário providenciar a sua formação. No ano de 1794, na França, a lei Lakanal, de 17 de novembro, criava juridicamente as escolas normais para o preparo de professores (LARROYO,1974:567/8). Em 1810 fundou-se uma primeira escola normal em Estrasburgo (Idem,p.595) e, em Königsberg, neste mesmo ano, Herbart fundava um seminário pedagógico com uma escola primária de experimentação e aplicação (Idem, p.638); esta, mais tarde, considerada imprescindível em todas as escolas normais. Na Espanha, em 1820, estabeleceu-se um "Regulamento Geral de Instrução", mas apenas em 1839, fundou-se aí a Escola Norma! Central (Idem, p.596/7). Nos Estados Unidos da América do Norte, I entre 1839 c 1840, Horace Mann fundou as três primeiras escolas normais do país (Idem,p.612).No Brasil, o primeiro estabelecimento do gênero foi criado em 1835. Segundo Primitivo Moacir, em Minas Gerais (MOACYR. 1937;192); segundo Heloisa Vilela, neste mesmo ano, em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro (VILELA,1992;19 e 24) - foram possivelmente ambos desta data-

A EDUCAÇÃO BAIANA DURANTE A VIGÊNCIA INICIAL DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL

No Brasil, após a independência e a criação do Império brasileiro, houve a convocação de uma assembleia constituinte, seguindo as idéias mais progressistas trazidas da Europa. A tradição absolutista da Coroa portuguesa, em que fora educado nosso primeiro imperador, porém, levou a conflitos que acabaram com a dissolução da assembléia constituinte e a formação de uma comissão de sua pessoal confiança que elaborou o projeto da lei máxima do país. A primeira constituição brasileira foi, portanto, outorgada, em 1824, por D.Pedro I. Em seu título 8º afirmava - no artigo 179 - que a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros seria garantida entre outras coisas pela educação, citada nos itens XXXII: "A instrução primária é *gratuita* a todos os cidadãos" c XXXIII: "Colégios e Universidades aonde serão ensinados os elementos das Ciências. Belas Letras e Artes" (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE,1991;602) Reconhecia-se oficialmente a importância de se educar a

população do novel império. SUCUPIRA (1990;58) e ALMEIDA (1989;60) contam que foi criada uma Comissão de Instrução Pública e esta apresentou projeto de lei sobre a criação de escolas de primeiras letras, ou pedagogias, em todas as cidades do país. Este projeto, transformado em lei a 15 de outubro de 1827, determinava que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, houvesse as escolas de primeiras letras que fossem necessárias. Sua localização e quantidade seriam indicados pelos presidentes dos conselhos municipais, ouvidas as câmaras. Nelas seria ensinado (art. 6º):

a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, décimas e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Para ter quem lecionasse nelas precisava-se formar os mestres. Esta mesma lei preconizava que os professores deviam ser formados na capital da província e admitidos por exame, em caráter vitalício e com estipêndio anual máximo de Rs 500\$000 (quinhentos mil réis), só fazendo jus, o professor, a uma gratificação - não superior a um terço do ordenado - depois de 12 anos de regular exercício no magistério.

A lei sugeria ainda a existência, em cada capital, de uma escola de ensino mútuo ou método de Lancaster, que deveria existir também nas outras vilas, onde o número de alunos e prédios escolares assim o permitisse.

Deveria haver também professoras para meninas, onde fosse necessário. A fiscalização de tais escolas seria feita pelos presidentes dos conselhos de cada lugar onde estas se situassem. O próprio SUCUPIRA, porém (p.59), diz que esta lei falhou, entre outras causas, por falta de professorado qualificado, não atraído pela parca remuneração, que na maioria dos casos não atingia sequer o teto estabelecido por lei. Quanto às escolas femininas, em 1832, o ministro José Lino dos Santos Coutinho só conseguiu identificar 20 funcionando em todo o império. A fiscalização das câmaras

municipais mostrou-se, diz SUCUPIRA, "de todo inoperante", Coutinho, que era baiano, participou da comissão que redigira a lei de 1827 e publicou, em 1849, na Bahia, um livro sobre educação feminina, "Cartas sobre a educação de Cora¹" - (PEIXOTO, 1980; 155). Durante o primeiro império brasileiro (1822-1831), não se tem notícia alguma de instituição encarregada da formação de professores, nem em nível oficial nem em nível privado. Os professores costumavam ser párocos, indivíduos formados em cursos superiores em Portugal, imigrantes, sobretudo portugueses com estudos secundários feitos em seu país de origem, ou indivíduos autodidatas.

A DESCENTRALIZAÇÃO DO ATO ADICIONAL DE 1834

Depois da abdicação de Pedro I, no período da Regência, de início trina, resolveu-se fazer uma reforma na constituição outorgada, que se concretizou pela lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, mais conhecida por *Ato Adicional de 1834*.

Esse Ato, descentralizados criava as Assembleias Legislativas Provinciais (art. 9º) e determinava, no § 2º do seu art. 10º, que competia às mesmas assembleias legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promover-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, academias **atualmente** existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1991; 632)

O ensino elementar e o secundário passavam, desde então, a ser obrigação da província, sem necessidade de autorização do poder central, que, no entanto, se responsabilizava por todo o ensino superior.

A primeira consequência positiva para a Bahia foi que a nossa Assembleia Legislativa provincial preocupou-se em criar estabelecimentos para o ensino secundário. Logo em 1836 tivemos, a 19 de março, a lei nº 33 criando o *Liceu Provincial da Bahia* (instalado em 1837 no antigo convento da Palma) e, a 14 de abril do mesmo ano, a lei nº 37 criando a *Escola Normal da Bahia* (instalada, em 7 de outubro de 1841, no Teatro São João, embora as aulas tivessem

começado a 26 de março de 1842, numa casa hoje não mais existente, da antiga rua do Colégio, esquina para a rua das Campeias) (AMARAL, 1921-22; 101 c MAGALHÃES, 1923; 209).

A maior demora para o início de funcionamento da Escola Normal deveu-se ao envio de professores à França para que fossem treinados na Escola Normal, que formava futuros professores, a fim de que pudessem aplicar aqui as mais recentes metodologias desenvolvidas neste campo. No início de fevereiro de 1841, o presidente da província informava à assembleia legislativa já terem voltado da França, com as respectivas habilitações e seus diplomas, os indivíduos que visavam ser professores da Escola Normal, mas o local para o funcionamento das aulas não estava ainda arranjado, por não ser próprio um dos salões do teatro, como havia sido anteriormente designado (BRITO, 1841; 13). Seu primeiro diretor foi João Alves Portela, que frequentara a Escola Normal de Paris, com estudos custeados pelos cofres provinciais (PEIXOTO, 1980; 152).

O presidente de província, em 1842, afirmou já estarem prontos os arranjos necessários e que a Escola Normal deveria iniciar seus trabalhos em março de 1842. Seu diretor, responsável também pela direção de todas as escolas primárias, havia organizado dois regulamentos: um para a Escola Normal e outro para as escolas primárias. Esses foram enviados à congregação do Liceu Provincial para obter um parecer e deveriam ser submetidos à aprovação da Assembleia Legislativa, embora, para orientar os trabalhos enquanto tramitava a sua discussão, já tivessem sido postos em execução interinamente (VASCONCELOS, 1842; 16).

O curso normal era de um ano, ministrado inicialmente em duas cadeiras: uma, mais voltada a procedimentos didáticos, tratava de ensino mútuo e outra, mais de conteúdos, cuidava de leitura, caligrafia, aritmética, desenho linear, princípios da doutrina cristã, gramática filosófica da língua portuguesa com exercícios de análise e imitação dos clássicos (MOACYR, 1939; v.2; 68).

A Bahia acompanhava assim as mais progressistas correntes pedagógicas da época, que preconizavam

formação específica para os mestres e educadores e sugeriam a adoção do ensino mútuo onde não houvesse bastante professores, tomando o poder público a iniciativa neste sentido.

As aulas do ensino primário deveriam continuar sendo de *ensino mútuo* (ensino através de monitores mais preparados a colegas menos preparados-LOPES, 1989; 16) nos lugares em que se tivesse cem ou mais alunos e de ensino simultâneo (várias séries na mesma sala-LOPES, 1989; 16), onde houvesse menor concorrência (MOACYR, 1939; v.2; 70).

No mesmo prédio, onde funcionou a Escola Normal, localizado no "pulmão administrativo da cidade¹", instalou-se, também em 1842, o Conselho de Instrução Pública, criado, neste ano, pela lei provincial nº 172 (COSTA, 1988; 35 e MATTA, 1982; 133)

EVOLUÇÃO E RESULTADOS DAS ESCOLAS NORMAIS BAIANAS DURANTE O SEGUNDO IMPÉRIO (1840-1889)

Podemos acompanhar a evolução das escolas normais baianas através dos relatórios anuais dos presidentes de província. Estes o apresentavam à assembléia legislativa, no início dos seus trabalhos, quando procuravam dar conta dos vários assuntos de responsabilidade do governo, resumindo os relatórios e prestações de conta dos principais encarregados dos vários serviços públicos.

No ano de 1846, com 4 anos de funcionamento da Escola Normal - já tendo, portanto, formado professores que estavam lecionando - o presidente do Conselho de Instrução Pública, Justiniano da Silva Gomes, apresentou à Assembléia Legislativa da Província o seu relatório referente ao ano anterior, afirmando nele que:

Nenhum professor, exceto o da Cachoeira, emprega em sua aula o método mútuo, nem mesmo aqueles professores que foram discípulos da Escola Normal, que antes da lei 1*72 ensinava exclusivamente o método mútuo. Contudo a lei 87 no art.18 modificava para as escolas o exclusivismo do método mútuo determinando-o somente para aquelas aulas cuja afluência de discípulos excedesse de, 100. Os professores por mero arbítrio e à revelia proscreveram este método; o de Maragogipe, com mais de 160

discípulos (a escola a mais numerosa da província)
não ensina pelo ensino mútuo. (p.51/2)

Em 2 de agosto de 1850, foi feita uma lei provincial, de nº 403, referente ao ensino c, mais especificamente, à formação de professores. Tal lei elevava a dois anos o curso do professorado e criava a Escola Normal para senhoras, no mesmo prédio da de homens e subordinada ao mesmo diretor, alternadas as lições para os dois sexos. Em um dia, tinham aulas os rapazes, no outro, as moças. Note-se que tal expediente reduzia pela metade os dias de aula semanais, ficando o curso, para cada sexo, com a carga horária de apenas um ano no total (AMARAL, 1921-22; 101, MAGALHÃES, 1923;210 e PEIXOTO, 1980;152).

O Governo Imperial, por sua vez, desejoso de acompanhar de mais perto a evolução educacional das províncias, no que se refere ao nordeste do país, encarregou o maranhense Gonçalves Dias de inspecionar os estabelecimentos de instrução pública das várias províncias do nordeste do Brasil. Depois de visitar as principais instituições educacionais, ele elaborou um cuidadoso relatório em 1 852. Nele, tratou da Escola Normal baiana, afirmando que ela era destinada a alunos de ambos os sexos, curso de dois anos, com 3 cadeiras: a primeira, de método mútuo e simultâneo, com leituras da obra da Barão de Gerando; a segunda, de Gramática Filosófica, com análise de clássicos; a terceira, de Aritmética, Desenho linear e Caligrafia, mas lecionava-se um dia aos homens e no outro às mulheres, o que de fato reduzia o ensino a apenas um ano. Criticou o fato do ensino ser todo ele teórico, tendo-se apenas, em 1847, determinado que os alunos frequentassem escolas primárias para se exercitarem na prática; sugeriu a criação de escola primária anexa à Normal, onde os alunos pudessem ensaiar os vários métodos aprendidos (ALMEIDA, 1989;360).

Desde o início de suas aulas, em 1842, até o ano de 1852, habilitaram-se na Escola Normal baiana para o magistério, 68 alunos e 24 alunas, 92 professores graduados ao todo, numa média de nove novos mestres por ano (WANDERLEY,1853;32 e MOACYR, 1939; v.2;93).

Os governantes demonstravam, com frequência, uma

preocupação com a atualização de métodos pedagógicos. João Maurício Wanderley, na segunda vez em que ocupou o cargo de presidente da província na Bahia, de 1854 a 1855, introduziu aí o Método Castilho, também conhecido como da leitura repentina. Em vez de enviar pessoas a Portugal para estudar o método, conseguiu-se, em 1855, que o próprio Antônio Feliciano de Castilho viesse ao Rio de Janeiro, onde ministrou um curso sobre o seu método para a formação de professores de várias províncias onde este método **foi** aceito (TOBIAS, 1986; 207). Da Bahia, aprenderam com ele e aplicaram, depois, o seu método, os professores Felipe José Alberto e Antônio Gentil Ibirapitanga (MOACYR, 1939; v.2; 96-98).

Em 1860, sendo Diretor de Instrução Pública na Bahia, João José Barbosa de Oliveira, pai de Rui Barbosa (DEVOTO, 1923; 330), **foi** feito, em 28 de dezembro, um regulamento emanado do art. 4 da lei nº 844 de 2 de agosto de 1860, reformando a Instrução Pública na Bahia, com algumas alterações pela resolução nº 868 de 6 de setembro de 1861. Foi publicado e mandado executar por ato de 22 de abril de 1862, sob o nome de *Regulamento Orgânico da Instrução Pública* (MONIZ, 1923; 52). Por ele, foram criados internatos nas duas escolas normais, um para cada sexo, com um curso de 3 anos.

Nesta ocasião, foi nomeado para o Internato Normal de homens, Francisco Pereira de Almeida Sebrão, diretor e professor da cadeira de métodos de ensino e ciência das escolas e, para o Internato Normal de senhoras, Anna Joaquina Bonnati, diretora e professora de gramática portuguesa e métodos de ensino e ciência das escolas. O Internato Normal de homens começou a funcionar num prédio do Corredor da Vitória pertencente a Francisco Pereira de Almeida Sebrão, depois antiga residência dos Presidentes da Província (MAGALHÃES, 1923; 210). É o mesmo edifício em que hoje funciona o Museu de Arte da Bahia.

O Internato Normal de senhoras se instalou no prédio ao lado, no Corredor da Vitória, pertencente em 1861 ao desembargador Antonio de Cerqueira Lima. Era, no entanto, local distante do centro da cidade e as escolas anexas eram pouco frequentadas, razão pela qual tiveram

ambas as escolas normais (a de homens e a de mulheres) que ser transferidas, pouco depois, para locais mais centrais.

No ano de 1863, o presidente da província mencionou ter transferido o Internato Normal de Mulheres para a freguesia de São Pedro, ao Portão da Piedade, e o dos homens para a freguesia de Santana, à fonte das Pedras, localizando-se perto de ambas, escolas de primeiras letras suficientemente concorridas para o manejo e desenvolvimento prático dos métodos escolares. (ALBUQUERQUE. 1864; 41/2). Dois anos depois, em 1865, o Internato Normal de homens foi transferido para o prédio sito à ladeira dos Coqueiros da Piedade (nº 7, onde, em 1923, se encontrava o Colégio Antônio Vieira) e o Internato de Senhoras, para a Rua Nova de São Bento, na propriedade do Dr. Francisco Marcelino Gesteira (MAGALHÃES, 1923; 211).

Em relação a esta reforma de 1862, COSTA (1988;173/4) observa um outro aspecto importante: "o curso normal assumiu um caráter religioso, para cuja direção dava-se preferência a um sacerdote. Subjacente ao caráter religioso assumido pelo ato administrativo, havia um comprometimento com um ideário político de cunho conservador, o qual requeria a formação de professores como agentes privilegiados".

Em 1869, o internato normal de mulheres foi frequentado por 30 alunas e o de homens, por 8 alunos. Começava-se a notar uma predominância do elemento feminino no interesse pela carreira de professor, Neste mesmo ano. o barão de São Lourenço, presidente da província, em função do grande número de alunos que tinha sido reprovado nos internatos normais de homens e mulheres, julgava que se deveria acabar com os internatos normais e substituí-los por externatos, como era a antiga escola, dando-se-lhes conveniente regulamento (SÃO LOURENÇO. 1869; 26-29).

Em 1870, o presidente da província, ainda Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço, líder conservador, achou necessária uma reforma de ensino e baixou o ato de 18 de janeiro de 1870, em que suprimiu o internato da escola normal para homens e o substituiu por um curso semelhante a ser concluído em dois anos.

por alunos externos; esta escola foi mandada funcionar no Convento de São Bento por concessão do reverendo Abade, onde ficou até 1874, quando foi transferido para o Areal de Baixo, reunindo-se depois de 1881 ao externato das senhoras. E por ato de 21 de janeiro de 1870 resolvia que a Escola Normal para senhoras continuava em internato, limitou a 12 o número das alunas gratuitas e permitiu a frequência por alunas externas, determinando que fosse de 3 anos o curso. O internato de senhoras foi instalado no Palacete Geremobado, na Cova da Onça, junto à futura igreja e recolhimento do Coração de Jesus, de frente para a rua da Poeira, começo do Caquende, em Nazaré. (MAGALHÃES, 1923; 211 e PEIXOTO, 1980; 152).

Em 1871, apresentou-se em conferências públicas, no Liceu e no salão da Câmara municipal, o conde N. S. Zaba expondo as vantagens do método mnemônico que criara para o estudo da história universal, propondo exames a crianças que, com duas a três lições, habilitavam-se a responder sobre os acontecimentos mais importantes do século. O presidente da província autorizou-lhe a dar conferências no Internato e Externato Normais e adquiriu 200 mapas para serem distribuídos nos dois estabelecimentos e pelos professores que pretendessem acompanhar com estudo próprio as lições do autor. Um aluno do externato normal baiano. Malaquias Permínio Leite, adaptou o método à história brasileira (MOACYR, 1939;v.2;155/6). Este fato revela, mais uma vez, a constante preocupação oficial com a atualização e aplicação de modernos sistemas de ensino.

Em 1873, a lei nº 1335, de 30 de junho, fazia nova reforma no ensino baiano. Por ela foi separado o cargo de diretor do Liceu Provincial da Diretoria da Instrução Pública (DEVOTO, 1923; 33 1). Seu regulamento estabelecia ser o curso normal "de caráter essencialmente, prático"; em função disso, foram criadas escolas primárias anexas, às escolas normais (TAVARES, 1968; 19), medida indicada desde 1810 por Herbart em Königsberg, e aconselhada entre nós por Gonçalves Dias, em seu relatório de 1852, só agora posta efetivamente em prática na Bahia.

O Internato Normal de senhoras mudou-se a 27 de maio de 1874 da casa na rua Nova de São Bento para uma outra no Areal de Baixo, de propriedade do negociante

Antônio Gomes dos Santo onde, anos mais tarde, esteve o Colégio Pedro II, dirigido pelo Dr. Augusto Alves Guimarães (MAGALHÃES, 1923; 211).

No ano de 1875, houve um considerável aumento no número de mulheres que se candidataram ao magistério, tendo se matriculado no Instituto Normal 92 alunas (AMARAL, 1921-2; 285), Aumentava o predomínio do sexo feminino na profissão docente. A Escola Normal, que de início fora apenas para homens, teve número de candidatas mulheres suficiente para que a reforma de 1850 criasse uma escola feminina; agora, 25 anos depois de criada, a escola normal feminina já superava em muito a dos homens em número de alunos. Talvez a baixa remuneração de professores fosse desinteressando aos homens e as mulheres passaram gradativamente a ocupar este espaço, considerado uma extensão do seu papel de mães. Outro indicativo desse interesse feminino pela profissão foi a abertura, neste mesmo ano de 1875, de um colégio partícula destinado a preparar moças no curso normal de professoras, certamente absorvendo o excedente de alunas que não conseguiam, se matricular na escola normal pública. Foi o Colégio União, no largo de Nazaré, freguesia de Santana. Já na República, em 1892, este colégio era frequentado por 56 alunas (VIANNA, 1893; 247)

Em 1881, o presidente da província Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, barão de São Francisco, liberal, baixou ato em 5 de janeiro reformando novamente a Educação. Determinou que as Escolas Normais fossem externatos, que em cada uma delas houvesse uma escola primária anexa regida pelo professor de ensino prático de métodos, reforçando a lei 1335/73, e que o curso normal se fizesse em 3 anos (MAGALHÃES, 1923; 212). Pela primeira vez, foram introduzidas as Ciências Naturais no currículo. No ano seguinte, o presidente da província J. R. Souza Dantas, afirmava que "a escola anexa que serve para os exercícios práticos dos alunos da Escola normal pode ser considerada justamente escola modelo" e falava do ensino intuitivo e do material por ele usado, que o presidente adquiriu (MOACYR, 1939; v.2; 179).

Em 1884, a Escola Normal de homens passou a funcionar ao largo da Piedade, prédio ocupado em 1923

pelo Tribunal de Justiça (e, em 1997, pelo Curso Águia). Transferida do Mosteiro de São Bento, havia funcionado temporariamente no próprio provincial destinado às escolas primárias dos dois sexos no Curato da Sé, hoje rua 28 de setembro, onde em 1923 estava a Academia de Belas Artes. A Escola Normal de Senhoras deixara de funcionar no prédio à rua Areal de Baixo e fora mudada para o próprio provincial situado à rua da Cova da Onça (em 1923, rua conselheiro Almeida Couto, hoje Joana Angélica), em prédio que pertencera a Thomaz Geremoabo (Prédio onde funcionou muitos anos a Faculdade de Filosofia da UFBA, depois seu Instituto de Letras, e que hoje pertence ao Ministério Público, tendo sofrido recentemente um incêndio). Depois a Escola Normal de homens sofreu nova mudança, passando a funcionar no sobrado do interior da chácara, junto ao Convento da Lapa, no fundo do edifício do Ginásio, do qual era, em 1923, dependência, carecendo reparos e reformas (MAGALHÃES, 1923; 212).

Ainda em 1884, a 1^o de novembro, inaugurou-se o Instituto do Professorado Público Primário Baiano, com o objetivo de "promover os interesses da instrução primária, excitar entre os sócios o maior amor ao estudo das ciências pedagógicas e elevar o professorado primário à altura de sua missão social", devendo para isto criar uma revista para divulgação de trabalhos pedagógicos, científicos e literários e fundar uma biblioteca especializada (MOACYR, 1939; v.2; 184).

Em suma, concluímos que a formação de professores na Bahia imperial **foi** fundamentalmente pública. Tem-se apenas notícia, em 1875, do colégio União, particular, numa época de grande afluência de alunas do sexo feminino e, certamente, absorvendo considerável parte das que não conseguiam matrícula no estabelecimento oficial. De início destinado ao público masculino, o curso normal foi já na sua terceira década de funcionamento frequentado, principalmente, por mulheres, que certamente entendiam o magistério como uma continuidade da sua missão de mães e educadoras. A Escola Normal, depois unificada, teve continuidade até os nossos dias, embora tenha sofrido reformas e mudanças de nome. É, hoje, o Instituto Isaiás Alves, localizado no Barbalho. Apenas com a República é

que surgirão na Bahia outras escolas - públicas no interior do estado, particulares e religiosas - voltadas à formação de professoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. *Relatório com que passou interinamente a administração da província ao vice-presidente Manoel Maria do Amaral em 15 de dezembro de 1863*. Bahia: Typ. Poggetti, 1864.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Trad.* Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC / Brasília: INEP/MEC, 1989. 365 p.
- AMARAL, José Álvares. "*Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500*", escrito em 1880, revisto e anotado por J. Teixeira Barros. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº47, 1921-1922. p.71-559.
- BAHIA. Colégios diversos. *Diário Oficial do Estado* (D.O.E.), Bahia, Ed. Especial do centenário, p. 476-79, 2 de julho de 1923.
- BAHIA. Externatos e Internatos. *Diário Oficial do Estado* (D.O.E.), Bahia, Ed. Especial do centenário, p. 449-453, 2 de julho de 1923.
- BARBUDA, Júlio. Evolução das letras na Bahia. *Diário Oficial do Estado*, Bahia, edição comemorativa, p.80-90, 2 de julho de 1923.
- BRITO, Paulo José de Melo Azevedo e. *Fala na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia em 2 de fevereiro de 1841*. Bahia, 1841.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil (1824-1891-1934-1937-1946-1967-1969)*. São Paulo: Atlas, 1991. 665 p.
- COSTA, Izabel Maria Villela. *Uma leitura sobre a história da política provincial baiana de formação de professores: a Escola Normal, 1836 a 1862*. Salvador, 1988. 216 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade Federal da Bahia, 1988.
- DEVOTO, Manoel Carlos. Breve notícia sobre a instrução secundária na Bahia. *Diário Oficial do Estado*, Bahia,

- p.325-335, Ed. Comemorativa de 2/7/1923.
- GOMES, Justiiiano da Silva. *Relatório apresentado pelo Conselho I de Instrução Pública à Assembléia Legislativa da Província da Bahia*. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, 1846. 62 p e quadros.
- LARROYO, Francisco. *História geral da pedagogia*. 2ª e 3ª ed. Trad. de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Mestre Jou. 1974-79. Vol. I, 3ª ed, 1979,487 p; Vol 2,2ª ed., 1974, p.497-947.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. T ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p. (Série Princípios, 51)
- MAGALHÃES, A. Ferreira de. Escola Normal. *Diário Oficial do t Estado*. Bahia, p.209-214, 2 de julho de 1923.
- MATTA, Raymundo. *Do império à república 1842-1982 (14 anos de história)*. *Evolução histórica do Conselho Estadual dm Educação da Bahia*. Separata das redactas 15, 36 e 19. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação. 1982.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias - subsídios para a história da educação no Brasil 1834-1889*. 1º v. São Paulo: Nacional, 1936, 614p; 2º v, 1937, 614p.
- MONIZ, Egas. A revolução pedagógica na Bahia. In.: D.O.E., Ed. Comemorativa, de 2 de julho de 1823, p. 48-55.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: MEC-Conselho Federal de Cultura, 1980. 310 p.
- SÃO LOURENÇO, Barão de. Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa da Bahia o presidente da província em 11 de abril de 1869. Bahia: Tip.J.G.Tourinho, 1869.
- TAVARES, Luís Henrique. *Dois reformas da educação na Bahia: 1895-1925*. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (MEC), 1968. 63 p.
- VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro de. Relatório que apresentou à Assembleia Legislativa da Bahia o presidente da província em 2 de fevereiro de 1842. Bahia: 1842. (Xerox no Arquivo Público do Estado da Bahia).
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Tipografia e Encadernação do "Diário da Bahia", 1893. 647 p. XXV de índice e mais 5 quadros anexos.
- VILLELA, Heloísa. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992. p.17-42.

WANDERLEY, João Maurício. *Falia que recitou n'abertura da Assembleia Legislativa da Bahia em 1" de março de 1853.*
Bahia: Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.